

# As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(Organizador)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

**LUCCA SIMEONI PAVAN**

(Organizador)

# **As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-32-1 DOI 10.22533/at.ed.321181109  1. Economia. 2. Política econômica. I. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é um ramo científico diferente dos demais. Ela se enquadra em uma ciência de núcleo duro, em que as técnicas matemáticas e estatísticas dão suporte ao seu desenvolvimento teórico e aplicações empíricas, entretanto, o estudo da economia não se limita somente a este núcleo. Dado que seu objeto de estudo são as interações humanas, ela não permite a aplicação cega de conceitos puramente matemáticos. Isso acontece por que o ambiente econômico não é um laboratório onde podemos controlar todos os fatores que possam interferir nos resultados de determinado estudo, fato possível na física e na química por exemplo.

A sociedade possui relações extremamente complexas que são impossíveis de serem reproduzidas com a exatidão necessária às ciências exatas. Porém, é com esta complexidade das relações humanas que a ciência econômica busca lidar. Para isso, ela se baseia em uma metodologia própria que visa equilibrar a exigência e rigor das ciências exatas com a complexidade e subjetividade das relações humanas.

Várias formas de abordagem científica fazem parte do contexto da ciência econômica, como estudos histórico-filosóficos e pesquisas aplicadas. Atendendo à essa diversidade existente na ciência econômica, este livro reúne os mais variados trabalhos, seja no que se refere à técnica de estudo utilizada ou o tema de pesquisa abordado. Digo isso para ressaltar a relevância desta coletânea de artigos, mostrando os mais variados temas e formas de se investigar os fenômenos associados ao ambiente econômico.

O livro não está organizado conforme um único critério, dada a diversidade de temas e métodos que ele apresenta. Aqui o leitor poderá encontrar artigos que usam a metodologia de economia regional e econometria espacial para estudar a relação entre “bancarização” e desenvolvimento econômico, por exemplo. Questões sobre o comércio com outros países também são abordadas usando esta metodologia. Questões de tributação e financiamento do desenvolvimento também são tratadas nos artigos incluídos nesta edição.

Alguns trabalhos aplicados que usam técnicas econométricas também estão contidos neste livro. Os temas também são diversos, sendo relacionados ao setor agropecuário na forma de análise de preços de commodities ou da produção do setor agropecuário. A questão ambiental também se insere dentre os temas abordados, seja na forma de estudos de viabilidade de geração de energia ou de estudos sobre inovação e gestão organizacional no setor de produção de combustíveis.

Neste livro constam trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, do Sul ao Nordeste, mostrando que além da diversidade de temas e métodos, a ciência econômica está bem difundida no território nacional e contribui com o desenvolvimento de todas as regiões do país.

Por fim, desejo ao leitor um bom proveito dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a qualidade dos artigos selecionados e a diversidade de temas e métodos

utilizados. Com certeza este livro servirá de suporte para muitos pesquisadores que estejam inseridos na mesma área de pesquisa dos artigos aqui contidos. Sem dúvida os trabalhos servirão de inspiração para novos pesquisadores em economia ou como complemento nos estudos em andamento.

Lucca Simeoni Pavan, Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A “BANCARIZAÇÃO” E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ABORDAGEM ESPACIAL PARA O ESTADO DO PARANÁ	
<i>José Rodrigo Gobi</i>	
<i>Pietro André TelatinPaschoalino</i>	
<i>Luiz Guilherme de Oliveira Santos</i>	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>José Luiz Parré</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
DETERMINAÇÃO DE UMA REGIÃO NO ESTADO DO PARANÁ: APLICAÇÃO DA TEORIA DA BASE DE EXPORTAÇÃO	
<i>Andréia Ferreira Prestes</i>	
<i>Renata Cattelan</i>	
<i>Marcelo Lopes de Moraes</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>40</b>
EFEITO DO GERADOR E TRANSBORDAMENTO DE IMPOSTOS INDIRETOS NA ECONOMIA DE SANTA CATARINA EM 2004	
<i>Karla Cristina Tyskowski Teodoro Rodrigues</i>	
<i>Auberth Henrik Venson</i>	
<i>Marcia Regina Gabardo da Camara</i>	
<i>Paulo Rogério Alves Brene</i>	
<i>Umberto Antônio Sesso Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>59</b>
O FNE COMO FONTE FINANCIADORA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DE PERNAMBUCO	
<i>Wesley Santos</i>	
<i>Elmer Nascimento Matos</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>76</b>
O INDICADOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
<i>Tatiani Sobrinho Del Bianco</i>	
<i>Jandir Ferrera de Lima</i>	
<i>Camilo Freddy Mendonza Morejon</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>98</b>
A RELIGIÃO E O CRESCIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA O PARANÁ DE 1991 A 2010	
<i>Luan Vinicius Bernardelli</i>	
<i>Ednaldo Michellon</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>119</b>
TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: O CASO DO MERCADO DE ETANOL PARA MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO PARANÁ	
<i>Lucca Simeoni Pavan</i>	
<i>Alessandro Garcia Bernardelli</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>135</b>
ANÁLISE DO NÍVEL DA ATIVIDADE AGROPECUARISTA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO	
<i>James José de Brito Sousa</i>	
<i>Alysson de Brito Araújo</i>	
<i>Maria de Jesus Gomes de Lima</i>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>151</b>
AS MICRORREGIÕES DE CHAPECÓ, CONCÓRDIA E XANXERÊ E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO RURAL	
<i>Sérgio Begnini</i> <i>Lirane Elize Denfante Ferreto de Almeida</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>173</b>
ANÁLISE COMPARATIVA DE SISTEMA DE AQUECIMENTO SOLAR DE ÁGUA E SISTEMA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO: UM ESTUDO DE CASO	
<i>Tatiane Dinca</i> <i>José Carlos Marcos</i> <i>Carlos Alberto Piacenti</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>190</b>
INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – A GESTÃO AMBIENTAL	
<i>Jacks Williams Peixoto Bezerra</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>213</b>
INSTRUMENTOS NORMATIVOS E ECONÔMICOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECURSOS HÍDRICOS: UM OLHAR SOBRE O ESTADO DO CEARÁ	
<i>Rárisson Jardiel Santos Sampaio</i> <i>Ivanna Pequeno dos Santos</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>228</b>
CRIMINALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ECONOMÉTRICA PARA OS COREDES NO ANO DE 2010	
<i>Ewerton da Silva Quartieri</i> <i>Maicker Leite Bartz</i> <i>Gabrielito Reuter Menezes</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>240</b>
FENÔMENO OU RAÍZES: A POBREZA COMO PARTE DO BRASIL	
<i>Alex Eugênio Altrão de Moraes</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>253</b>
EDUCAÇÃO DO CONSUMIDOR INFANTOJUVENIL A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ.	
<i>Isabelle Bezerra Bem</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>268</b>
NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	
<i>Everaldo da Silva</i> <i>Joel Haroldo Baade</i> <i>Rodrigo Regert</i> <i>Adécio Machado dos Santos</i>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>282</b>
INSERÇÃO COMERCIAL DO NORDESTE: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NORDESTINOS NA RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM O RESTO DO MUNDO NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2015	
<i>Kassia Larissa Abrantes Alves</i> <i>Soraia Santos da Silva</i>	

<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>294</b>
O PADRÃO DE INSERÇÃO COMERCIAL E A MUDANÇA NA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS ANOS 2000	
<i>Danniele Giomo</i>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>301</b>
POLÍTICAS SOCIAIS COMO PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
<i>Maristela Dumas</i>	
<i>Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza</i>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>323</b>
REFLEXÕES SOBRE POTENCIALIDADES OU GARGALOS LOCAIS A PARTIR DA LEITURA DE ÍNDICES E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	
<i>Cláudio Machado Maia</i>	
<i>Myrian Aldana Vargas Santin</i>	
<i>Flávio Antonio Manfrin</i>	
<i>Nemésio Carlos da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>339</b>
POLÍTICA INDUSTRIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: OS CASOS BRASILEIRO E SUL-COREANO	
<i>Gabriela Garbi Bissacot</i>	
<i>Robson Luis Mori</i>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>362</b>
PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Camila Salvador</i>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>382</b>
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL CORPORATIVA: O CASO DA NATURA COSMÉTICOS	
<i>Eliane Maria Martins</i>	
<i>Daniela Catarina de Borba</i>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>422</b>



## PRODUTIVIDADE EMPRESARIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: COMPARAÇÃO COM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

**Eliane Maria Martins**

Universidade da Região de Joinville, Faculdade de Ciências Econômicas, Joinville-SC

**Camila Salvador**

Universidade da Região de Joinville, Faculdade de Ciências Econômicas, Joinville-SC

**RESUMO:** Depois de algum tempo esquecida, a produtividade volta a fazer parte da pauta econômica do país como condição única para que o crescimento econômico se dê de forma economicamente sustentável. Nesse sentido, é preciso analisar os números da produtividade e crescimento dos países para buscar compreender as decisões tomadas para que o Brasil se torne produtivo e competitivo frente às demais nações. Assim, comparando o Brasil com alguns países da América Latina é possível observar o crescimento brasileiro e medir sua eficiência. Para tanto, a metodologia utilizada é do tipo bibliográfica, juntamente com o método dedutivo, tendo como objeto de análise os índices de produtividade brasileiros, comparando-os com países da América Latina. Os resultados obtidos fornecem um cenário de falta de investimento, originando uma baixa produtividade, bem como um destaque para países como Peru e Chile, que conseguiram obter bons números nos últimos anos. O Brasil mostra-se mediano se comparado com alguns países da América Latina. Os resultados

também oferecem subsídios para análise dos investimentos públicos empenhados no país, bem como para comparação com outros países da América Latina, juntamente com os números sobre produtividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produtividade; Competitividade; Crescimento Econômico

**ABSTRACT:** After some forgotten time, productivity returns to be part of the country's economic agenda as a unique condition for economic growth to take place economically sustainable. In this sense, it is necessary to analyze the numbers of the countries' productivity and growth in order to understand the decisions taken so that Brazil becomes productive and competitive vis-à-vis other nations. Thus, comparing Brazil with some Latin American countries, it is possible to observe Brazilian growth and measure its efficiency. For that, the methodology used is of the bibliographic type, together with the deductive method, having as object of analysis the Brazilian productivity indexes, comparing them with Latin American countries. The results obtained provide a scenario of lack of investment, resulting in low productivity, as well as a highlight for countries such as Peru and Chile, which have managed to obtain good numbers in recent years. Brazil is median compared to some Latin American countries. The results also provide subsidies for

the analysis of the public investments committed in the country, as well as for comparison with other Latin American countries, together with the figures on productivity.

**Keywords:** Productivity; Competitiveness; Economic growth

## 1 | INTRODUÇÃO

Com o mercado globalizado a competitividade das empresas está ainda mais acirrada fazendo com que as mesmas busquem aumentar sua produtividade e eficácia no intuito de serem mais competitivas. Na comparação dos indicadores entre alguns países da América Latina é possível analisar os concorrentes e formular cenários futuros, entendendo quais ações devem ser tomadas para que o Brasil possa se destacar perante os demais países.

Segundo Passos e Nogami (2012) a economia expressa a necessidade dos diversos tipos de sistemas econômicos administrarem os recursos escassos e produzir mais com menos recursos (terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial). No entanto, uma melhoria da tecnologia, por exemplo, eleva a produtividade do trabalho (VELOSO, FERREIRA e PESSÔA, 2013). Desta forma a produtividade tornou-se um entrave para alguns países desenvolverem-se economicamente, levando-se em consideração a falta de recursos para que esses países possam produzir.

Neste sentido, este trabalho visa demonstrar a relação entre a produtividade e o crescimento econômico brasileiro, comparando alguns países da América Latina e abordando os fatores relevantes para que os índices de produtividade sejam satisfatórios, como por exemplo, o investimento, entendendo que a produtividade nada mais é que a capacidade de um país continuar crescendo. A escolha do tema fundamenta-se no fato de que, no atual cenário econômico, a produtividade tornou-se uma medida de crescimento, eficiência e geração de riqueza. No Brasil, conforme Stefano e Maia Junior (2012), 70% do crescimento nos últimos anos se deu em maior parte pela inserção de trabalhadores ao mercado, se comparado com outros países, grande parte do crescimento é baseado no aumento da produtividade. No entanto, o índice da produtividade deve ser analisado juntamente com demais fatores, pois cada país tem suas particularidades e realidades diferentes com relação ao mercado de trabalho.

Diante das informações expostas, a escolha do tema se fortalece na importância de compreender os números da produtividade nacional e os investimentos realizados em busca de melhores resultados, possibilitando uma comparação com outros países, buscando entender o cenário brasileiro. Assim sendo, esta pesquisa é do tipo bibliográfico e para se obter os resultados esperados será utilizado o método dedutivo. Desta forma, será feita uma abordagem sobre a produtividade e o crescimento econômico do Brasil juntamente com alguns índices da América Latina.

## 2 | PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL

Um dos desafios para qualquer nação nos dias atuais é manter o crescimento econômico em constante ascensão e como consequência, garantir que a renda da população possa melhorar para manter certa qualidade de vida. No entanto, não há crescimento econômico sem o aumento da produtividade, fator importante para o aumento da competitividade entre empresas e países. Assim, com a desaceleração do crescimento econômico brasileiro, a produtividade que há tempos estava extinta da pauta dos debates sobre economia no Brasil, volta a ser tratada, impondo-se como uma condição para que a economia volte a crescer. Enquanto isso, outros países estão focados na melhora da produtividade e competitividade,

O fato é que o resto dos países está se preparando com afinco para o mundo ao qual estamos nos dirigindo, de muita competitividade. A Índia já tem a vantagem de saber falar a linguagem universal dos negócios – o inglês – e exibe um impressionante desempenho de seus patricios nas melhores Universidades dos Estados Unidos – com o detalhe de que agora esses jovens formandos estão voltando à sua Pátria. A China está massificando o envio de estudantes para fazer cursos universitários nos Estados Unidos e passando a ter Universidades de ponta, além de ter milhões e milhões de chineses estudando inglês desde cedo. A nação de Mao-Tsé-Tung era pródiga na exaltação das batalhas épicas contra o capitalismo, mas as lideranças que seguiram aquele na liderança do Partido Comunista Chinês souberam perceber onde estava o segredo para o desenvolvimento do seu povo (GIAMBIAGI E SCHWARTSMAN, 2014, p.122).

Fica evidente, portanto, que melhorias na competitividade e produtividade de uma nação são possíveis com planejamento e investimento tanto por parte do governo quanto da iniciativa privada. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2015) a competitividade é a habilidade de um país ou empresa de competir no mercado. Para isso, as empresas utilizam o fator preço e diferenciação do produto através da qualidade, inovação e/ou propaganda. Já os países são avaliados pelo julgamento dos fatores que dão condição para as empresas serem competitivas. Desta forma, é preciso lembrar que a competição global é cada vez mais determinante para a prosperidade econômica nacional e que a produtividade é a garantia de uma melhor posição frente a outras nações e empresas. Gomes (2009) define a produtividade como a relação entre o resultado de um processo produtivo e a utilização dos fatores de produção nesse processo. Esses fatores de produção, ou, recursos de produção, são classificados como terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial, conforme afirma Rossetti (2000).

A produtividade dos fatores depende de como os mesmos são empregados, da disponibilidade, de qualificação e de como interagem entre si para atender as necessidades da sociedade (ROSSETTI, 2000). É preciso considerar que há diferenças nos fatores de produção entre as nações,

Os níveis de crescimento da produtividade dependem de muitos factores: umas terras são naturalmente mais férteis que outras; alguns trabalhadores são mais

fortes, mais habilidosos ou possuem mais conhecimentos que outros; a tecnologia pode ter uma aplicação prática mais ou menos eficiente; o uso de inovações pode constituir uma boa contribuição; a organização das unidades de produção; o aumento da fertilidade do solo com uma preparação adequada, etc. (GOMES, 2009, p.38).

O fator de produção mais comum para se medir a produtividade é o trabalho. A produtividade pode ser determinada em certo espaço de tempo, um ramo de atividade qualquer, um único trabalhador, um setor inteiro ou uma nação. A criação de novas tecnologias, o progresso técnico, novas formas para aumentar o rendimento da produção e a criação de novas ferramentas contribui para o aumento da produtividade. O trabalhador que exerce atividade física e/ou mental procura diminuir seu esforço para obter melhores resultados dentro dos seus limites impostos pelas condições sociais do seu trabalho, ou seja, procura elevar a sua produtividade. A eficácia do trabalho tornou-se necessária com o avanço e desenvolvimento econômico da sociedade (GOMES, 2009).

A expansão do comércio mundial foi o principal responsável pelos ganhos de produtividade e conseqüentemente, pelo crescimento dos países no século XIX. A atuação direta do comércio permitiu uma melhor utilização dos recursos nas economias e indiretamente proporcionou uma troca de conhecimentos e tecnologias entre as nações. No século XIX o comércio internacional foi intensificado com a contribuição dos avanços tecnológicos e institucionais, como por exemplo, as melhorias na tecnologia de transportes (ferrovias e navios a vapor), comunicação (telégrafo elétrico) e institucionais como o fim das restrições mercantilistas que impossibilitavam algumas trocas e a redução das tarifas médias de importação (VILLELA, 2013).

Nos dias atuais, Giambiagi e Schwartsman (2014) afirmam que há razões para acreditar que os movimentos de aumento da produtividade sejam afetados positivamente pela maior abertura comercial de um país. O movimento ocorre pela pressão da competição internacional, acesso a novos produtos e insumos e pela própria imitação de produtos ou processos.

Com o avanço do comércio mundial, criação de novas tecnologias, disseminação do conhecimento e maior competição entre as nações, a produtividade se faz indispensável para tornar países e empresas mais competitivos. No entanto, é necessário que a pauta de planejamento das mais diversas nações esteja direcionada para investimentos nas áreas de apoio do aumento da produtividade.

## 2.1 Indicadores de Produtividade

Os indicadores de produtividade servem para medir a eficiência com que uma economia transforma insumos em produtos, no entanto, alguns indicadores acabam refletindo outros fatores relacionados à economia, assim, é preciso interpretar os índices com cuidado, pois são muitos os indicadores que analisam o desempenho da produtividade, como a produtividade do trabalho, a produtividade do capital e a

produtividade total dos fatores (NEGRI e CAVALCANTE, 2014). “Na prática, contudo, a maioria dos trabalhos sobre o tema usam medidas da produtividade total dos fatores (PTF) e da produtividade do trabalho” (NEGRI e CAVALCANTE, 2014, p.29).

Em alguns setores de atividade, como no público e de serviços, os indicadores de produtividade estão mais ligados à remuneração dos fatores produtivos, como salários, lucros e juros. Portanto, variações salariais ou na rentabilidade do setor podem influenciar o tipo de indicador de produtividade, mesmo que não haja qualquer mudança na eficiência. Para medir a quantidade de trabalho utilizada, pode-se recorrer a medidas de horas trabalhadas, número de trabalhadores ou número de ocupações. As diferentes medidas podem afetar a evolução dos indicadores de produtividade, principalmente quando existem mudanças expressivas na jornada de trabalho, indicadores que utilizam número de funcionários, por exemplo, podem desconsiderar os ganhos de produtividade por conta de reduções na jornada de trabalho (NEGRI e CAVALCANTE, 2014).

Assim, medida de produtividade do trabalho é a forma mais simples e direta para se chegar a algum indicador sobre a eficiência da economia, de seus setores ou agentes econômicos, a mesma consiste no uso de uma medida de produto em relação a alguma medida de mão de obra empregada na produção. Uma das limitações dessa medida é que se trata de uma medida parcial de produtividade, levando em conta apenas um dos fatores de produção, o trabalho, e não considera a intensidade tanto quanto a qualidade do capital utilizado na produção, assim como a qualidade do capital humano. Dessa maneira, as diferenças observadas na produtividade do trabalho entre setores e empresas podem decorrer das diferenças de intensidade de utilização de capital. Assim, empresas da indústria extrativa, por exemplo, que requerem uso intensivo de capital, sempre terão indicadores de produtividade do trabalho muito superiores às empresas intensivas em mão de obra (NEGRI e CAVALCANTE, 2014).

O crescimento da produtividade do trabalho depende da acumulação de capital físico, como máquinas, equipamentos e construções; de capital humano, fortalecido pela qualificação e preparo técnico do trabalhador; e do aumento da produtividade total dos fatores, que é uma medida da eficiência agregada da economia, que inclui a tecnologia e a eficiente alocação dos fatores de produção (VELOSO, FERREIRA e PESSÔA, 2013, p.8). Por conta de algumas dificuldades, de modo geral, leva-se em conta apenas o produto final sem descontar os insumos utilizados, assim, não refletem o valor agregado, mas apenas a quantidade de produto final (NEGRI e CAVALCANTE, 2014).

Por trás da simplicidade do cálculo existe o problema da produtividade do trabalho, que é a interpretação da sua dinâmica. Há vários determinantes no comportamento desse indicador, o que dificulta a identificação correta das causas por trás das variações ao longo do tempo (MESSA, 2014). Mesmo com as dificuldades citadas, o indicador da produtividade do trabalho ainda é muito utilizado como base para análise da produtividade de empresas e países.

Para não se limitar à alguns indicadores, a produtividade total dos fatores (PTF) considera todos os fatores que são relacionados a produção, tornando-se assim, uma medida mais completa do que a produtividade do trabalho. O cálculo da produtividade total dos fatores fundamenta-se em funções de produção, seja no nível macroeconômico ou da empresa. Assim, os fatores que contribuem para o aumento da produtividade total dos fatores podem ser desde diferenças na tecnologia, na escala de operação, na eficiência operacional e no ambiente operacional onde a produção ocorre (NEGRI e CAVALCANTE, 2014).

A produtividade total dos fatores “tem a pretensão de indicar a eficiência com que a economia combina a totalidade de seus recursos para gerar produto. A partir dessa conceituação, a dinâmica do indicador seria resultado do progresso tecnológico da economia” (MESSA, 2014, p.87). Para que haja um aumento efetivo da produtividade total dos fatores e do crescimento econômico, as políticas públicas precisam ser eficientes e investir em capital humano, infraestrutura e criar um ambiente de negócios adequado para os empreendedores, incentivando o aporte dos investimentos privados. “Taxar como país rico e investir como país pobre reduz a produtividade e o PIB por trabalhador” (ELLERY e TEIXEIRA, 2013, p.283).

### 3 | A PRODUTIVIDADE E O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Antes de tudo, é preciso entender a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico, já que por vezes, os termos causam confusão. A definição de Gonçalves (2013) para crescimento é a do entendimento do fenômeno em si, preocupando-se com questões quantitativas, como o PIB (Produto Interno Bruto), já o desenvolvimento busca entender as diferenças entre os países abordando questões sociais como taxas de emprego e desemprego e qualidade de vida. Desta forma, para Vasconcellos e Garcia (2011, p. 205),

Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Assim, o crescimento econômico se dá pelo aumento da renda *per capita*, bem como pelo aumento do PIB ao longo do tempo. Já o desenvolvimento econômico é possível pelo aumento de índices sociais como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e demais índices que demonstram a qualidade de vida de uma sociedade. Como alguns países possuem altas taxas de crescimento da renda e baixos índices sociais, alguns países possuem crescimento baixo e altos índices de bem-estar, como ocorreu com o Brasil após a abertura comercial, no início da década de 1990. O crescimento do PIB foi fraco no período, em parte decorrente dos gastos com a

abertura, mas a evolução do bem-estar foi melhor que a do PIB devido aos ganhos obtidos pelos consumidores, que passaram a ter acesso a bens de melhor qualidade e melhores preços, antes não disponíveis (GONÇALVES, 2013).

É preciso evidenciar que em um país com maior abertura comercial, a busca de melhorias na eficiência e produtividade das empresas se torna indispensável para a sobrevivência das mesmas, conseqüentemente ocasionando um crescimento mais rápido da produção e também do PIB “diversos estudos revelam, o aumento da chamada “produtividade total dos fatores” [...] está diretamente associado ao grau de abertura de uma economia” (GIAMBIAGI, 2007, p.181). Então, a abertura comercial de uma economia proporciona um aumento na produtividade e competitividade de um país, onde as empresas buscam ser melhores e mais eficientes perante a concorrência com os demais países, buscando sobreviverem no mercado.

Entretanto, o protecionismo no Brasil até os anos 1990 criou uma ausência de incentivos para compra de novas tecnologias e criação de novos produtos, tornando os produtos nacionais defasados. Além disso, o crescimento baseado na substituição de importações, onde se procurava produzir no país o que antes era importado, tinha se esgotado no final da década de 1980, quando o Brasil se tornou um dos países mais fechados do mundo e já não tinha mais produtos para substituir, acabando com qualquer probabilidade de alavancar a produção e o crescimento com a substituição de importados. O país adotou por anos uma política de forte proteção à indústria nacional, mesmo que os impactos do protecionismo sobre a economia ainda possam ser discutidos, houve um período em que se permitiu o surgimento e o desenvolvimento de um parque industrial até certo ponto vigoroso que contribuiu para as altas taxas de crescimento do PIB até os anos 1980 (GIAMBIAGI, 2007).

Na década de 1980, conhecida como a “década perdida” houve desaceleração do crescimento. Já a década de 1990 foi um período de reformas econômicas, e abertura comercial, onde houve um crescimento econômico maior, que acabou o período com estagnação. Na década de 2000 a economia voltou a crescer ainda mais que na década anterior, porém, o processo foi descontinuado com a crise internacional de 2008 (VELOSO, FERREIRA e PESSÔA, 2013). Na tabela 1 é possível observar o crescimento econômico brasileiro do ano 2000 ao ano de 2014. O período demonstra crescimento do PIB no decorrer dos anos, com exceção para 2009, onde o mercado foi afetado pela crise internacional que se iniciou em 2008. No entanto, conforme afirmam Giambiagi e Schwartzman (2014), em 2009 a economia mundial encolheu 0,4%, mas em 2011 cresceu 3,9% a.a., em 2012 e 2013 3% a.a., enquanto o Brasil cresceu 1,76% a.a. e 2,74% a.a., respectivamente. Já no ano de 2014, é possível observar um crescimento de apenas 0,15% a.a.

Período	PIB preços correntes em R\$	Em milhões de R\$ do último ano	Varição % real	População em mil	PIB per capita a preços correntes R\$
2000	1.202.377.215.770	3.546.144,86	4,38	173.448	6.932,19
2001	1.316.318.050.810	3.591.393,87	1,28	175.885	7.483,96
2002	1.491.183.210.450	3.701.872,79	3,08	178.276	8.364,46
2003	1.720.069.281.000	3.747.165,46	1,22	180.619	9.523,19
2004	1.958.705.300.290	3.959.246,92	5,66	182.911	10.708,49
2005	2.171.735.600.840	4.083.929,95	3,15	185.151	11.729,55
2006	2.409.802.753.950	4.247.298,93	4,00	187.335	12.863,59
2007	2.718.031.637.470	4.502.390,10	6,01	189.463	14.345,99
Período	PIB preços correntes em R\$	Em milhões de R\$ do último ano	Varição % real	População em mil	PIB per capita a preços correntes R\$
2008	3.107.530.777.000	4.728.319,78	5,02	191.532	16.224,57
2009	3.328.173.595.670	4.717.238,66	-0,23	193.544	17.195,96
2010	3.886.835.000.000	5.074.363,77	7,57	195.498	19.881,73
2011	4.374.765.000.000	5.273.049,15	3,92	197.397	22.162,26
2012	4.713.095.979.500	5.366.041,81	1,76	199.242	23.655,08
2013	5.157.569.000.000	5.513.184,28	2,74	201.033	25.655,37
2014	5.521.256.074.049	5.521.256,07	0,15	202.769	27.229,35

Tabela 1- Brasil - PIB e PIB *per capita* – 2000 a 2014 (continua)

Fonte: Adaptado de BCB (2015).

O cenário internacional foi favorável ao bom desempenho e crescimento das economias nos anos 2000, principalmente para os países exportadores de *commodities*, como é o caso do Brasil.

Commodities ou commodity (mercadoria) – Termo genérico usado com relação a qualquer produto ou serviço que possa ser comercializado. É em geral empregado em referência a matérias-primas que sempre têm aproximadamente a mesma qualidade e podem ser compradas em quantidade (KISHTAINY *et al*, 2013, p.340).

A demanda e a elevação dos preços das *commodities* se deu em sua maior parte pelo crescimento chinês (NEGRI e CAVALCANTE, 2014), que aumentou a demanda no mercado internacional, elevando assim seus preços.



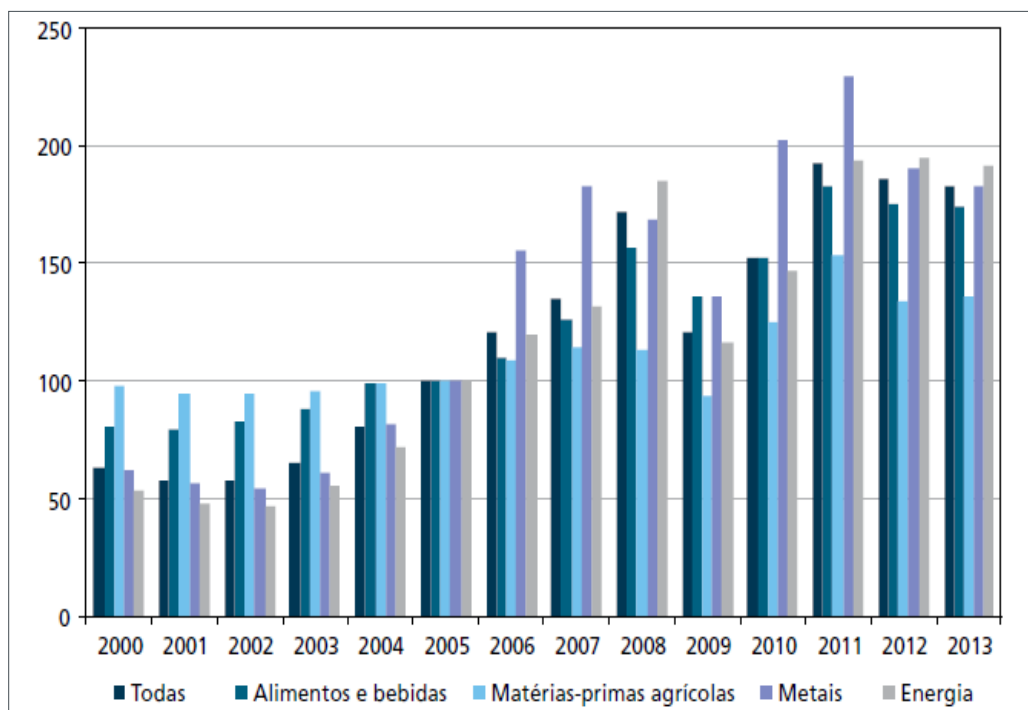


Gráfico 1- Índice de preços internacionais de *commodities* – 2000-2013

Fonte: Negri e Cavalcante (2014, p.17).

No gráfico 1 é possível observar que o valor das *commodities* teve aumento crescente durante a maior parte da década de 2000, tendo queda nos anos de 2009 como consequência da crise internacional de 2008, retomando o crescimento em 2010. Em 2012 e 2013 os preços indicam o fim de um ciclo de expansão e consequências relevantes para a economia brasileira, que teve seu crescimento baseado na alta dos preços e exportações. A baixa dos preços se deu pela lei de oferta e demanda, a procura no mercado internacional baixou, diminuindo assim os preços. “De fato, entre 2000 e 2008 os preços de *commodities* cresceram a uma taxa de 13,4% ao ano, sendo que no período de elevação mais intensa (entre 2004 e 2008) esse crescimento foi de 21% ao ano” (NEGRI e CAVALCANTE, 2014, p.17).

O mercado brasileiro continua dependente do comércio de *commodities*, sendo que representa a maior parte das exportações realizadas no país, como pode ser verificado no gráfico 2. A exportação de produtos básicos teve sua representação aumentada em 113,6% de 2000 a 2014. Já os produtos manufaturados, que possuem maior valor agregado, representavam 59,07% das exportações no ano 2000 e caiu para 35,6% em 2014, ou seja, uma queda de 39,7%. A exportação de produtos semimanufaturados teve queda de aproximadamente 16,3% no período de 2000 a 2014.

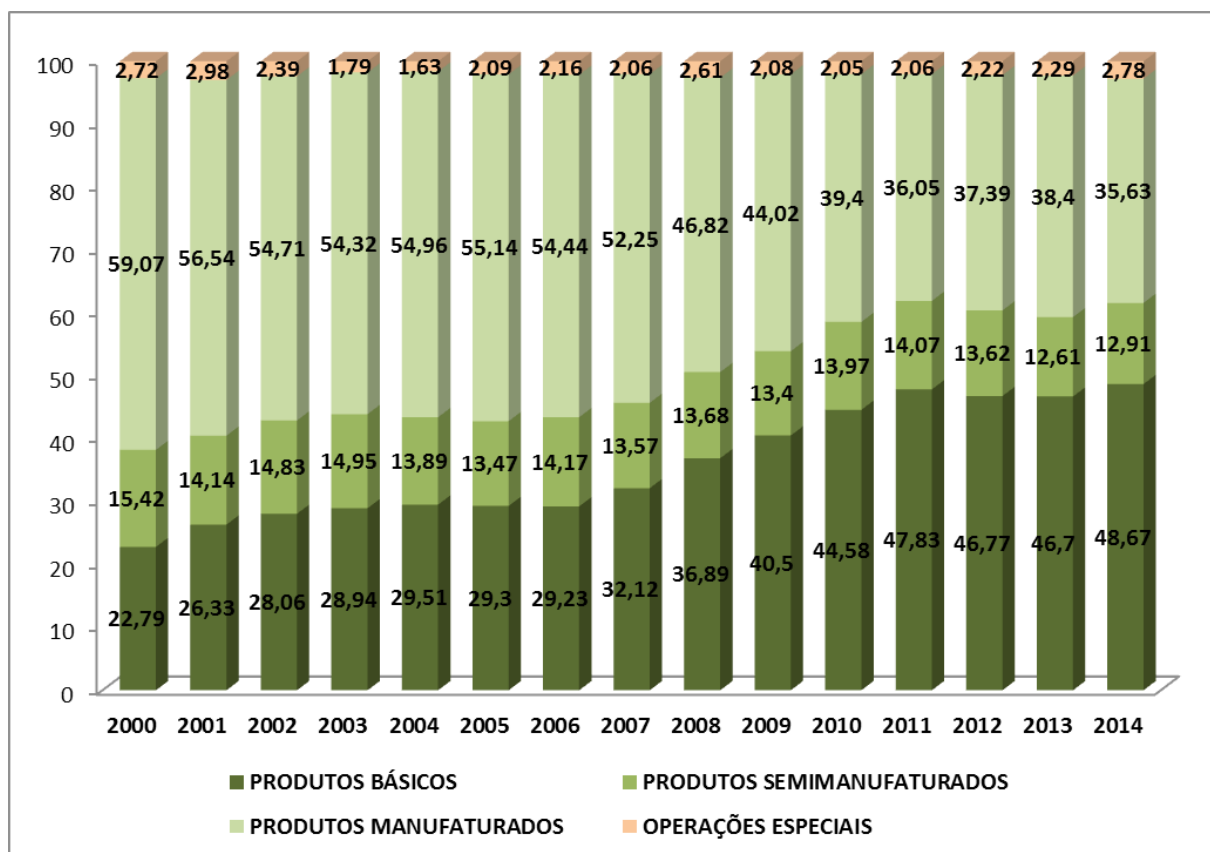


Gráfico 2 - Exportação brasileira por fator agregado- 2000 a 2014 – participação em %

Fonte: Adaptado de MDIC (2015).

Em suma, a exportação migrou para os produtos básicos, fazendo com que o país seja um grande fornecedor de *commodities* no mercado mundial. O aumento da quantidade exportada (gráfico 2), juntamente com o aumento dos preços (gráfico 1) elevou os índices de crescimento do Brasil no período, como pode ser verificado na tabela 1. Com o fim do ciclo de expansão, a diminuição dos preços e a alta dependência do país no comércio de *commodities*, o cenário pode trazer sérias consequências ao crescimento da economia brasileira, evidenciando os gargalos de eficiência do país.

### 3.1 Produtividade no Brasil e América Latina

Para conhecer melhor a produtividade brasileira, comparar seus índices com alguns países da América Latina fornece proporções melhores da realidade dos números, visto que são países que comungam de uma história de colonização muito parecida, além da má distribuição de renda presente na maior parte dos países e exportação de *commodities* agrícolas e minerais que são os principais itens comercializados por essas economias.

Há uma discussão na literatura acadêmica sobre as verdadeiras causas do baixo nível de renda e produtividade não só do Brasil, mas da América Latina como um todo, em relação aos países desenvolvidos, nesse contexto Veloso, Ferreira e Pessoa (2013) afirmam que foi desenvolvido um importante estudo que trouxe como argumentação básica que a principal razão para o atraso latino-americano é o baixo

nível da produtividade total dos fatores de produção, que corresponde a cerca de 50% da produtividade total dos fatores norte-americanos. Segundo os autores responsáveis pelo estudo, a baixa produtividade é resultado de barreiras à competição, como tarifas de importação elevadas e regulação excessiva do ambiente de negócios, que faz com que a concorrência entre empresas diminua, diminuindo conseqüentemente a produtividade. No gráfico 3 é possível observar que a produtividade total dos fatores na América Latina alcançou índices maiores na década de 1960, onde elevou-se em 15% e estabilizou-se, voltando a cair significativamente no início da década de 1980 até início dos anos 1990.

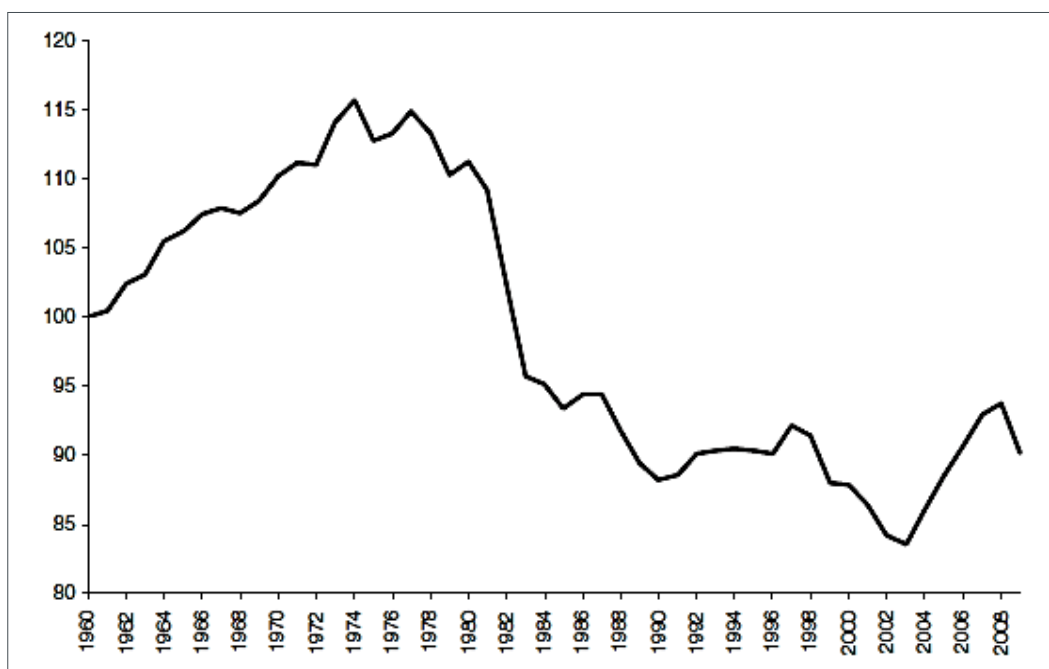


Gráfico 3 - Evolução da PTF na América Latina (1960-2009)-(1960=100)

Fonte: Veloso, Ferreira e Pessôa (2013, p. 22).

Segundo Veloso, Ferreira e Pessôa (2013) devido a reformas na década de 1990 a queda cessou, porém não voltou a crescer com altas taxas. Mesmo com expressiva elevação no início da década de 2000, até 2009 os índices eram mais baixos que em 1960. A possível explicação para o crescimento na década de 1960 está ligada a um processo conhecido como transformação estrutural, que define o deslocamento da atividade econômica entre setores da economia, como explicam Veloso, Ferreira e Pessôa (2013, p.21) “como regra geral, toda economia passa por uma redução da participação do setor agrícola e um aumento da importância da indústria e do setor de serviços”. A produtividade do trabalho na agricultura é menor que nos demais setores, assim, um processo de migração da agricultura para o setor de serviços ou indústria, onde a produtividade é maior, aumenta os índices de produtividade como um todo.

No Brasil o cenário foi semelhante, em 1950, aproximadamente de 63% dos trabalhadores brasileiros estavam na agricultura, 17% na indústria e 20% nos serviços. Com o passar do tempo os trabalhadores deslocaram-se para a indústria serviços. Na

década de 1980 a participação de serviços estava em 39% da população ocupada, e a da indústria em 23%. Já em 2005, 62% da mão de obra estava no setor de serviços e apenas 19% na agricultura, o setor industrial decresceu para 19% em (FERREIRA e VELOSO, 2013).

Da mesma forma que houve o aumento na década de 1960, a queda da produtividade total dos fatores e da produtividade do trabalho na América Latina a partir da década de 1980 está também muito provavelmente associada à transformação estrutural, onde a atividade econômica se deslocou para o setor de serviços, onde a produtividade é baixa. No período de 1960 a 2005, a produtividade do setor de serviços no Brasil cresceu em média 0,2% a.a., na Argentina 0,1% a.a., no México 0,1% a.a. e no Chile 0,9% a.a. (VELOSO, FERREIRA e PESSÔA, 2013).

Outro aspecto a ser considerado é que o Brasil, assim como a América Latina, vem passando, ano após ano, por uma migração da população rural para os centros urbanos, como pode ser visto no gráfico 4.

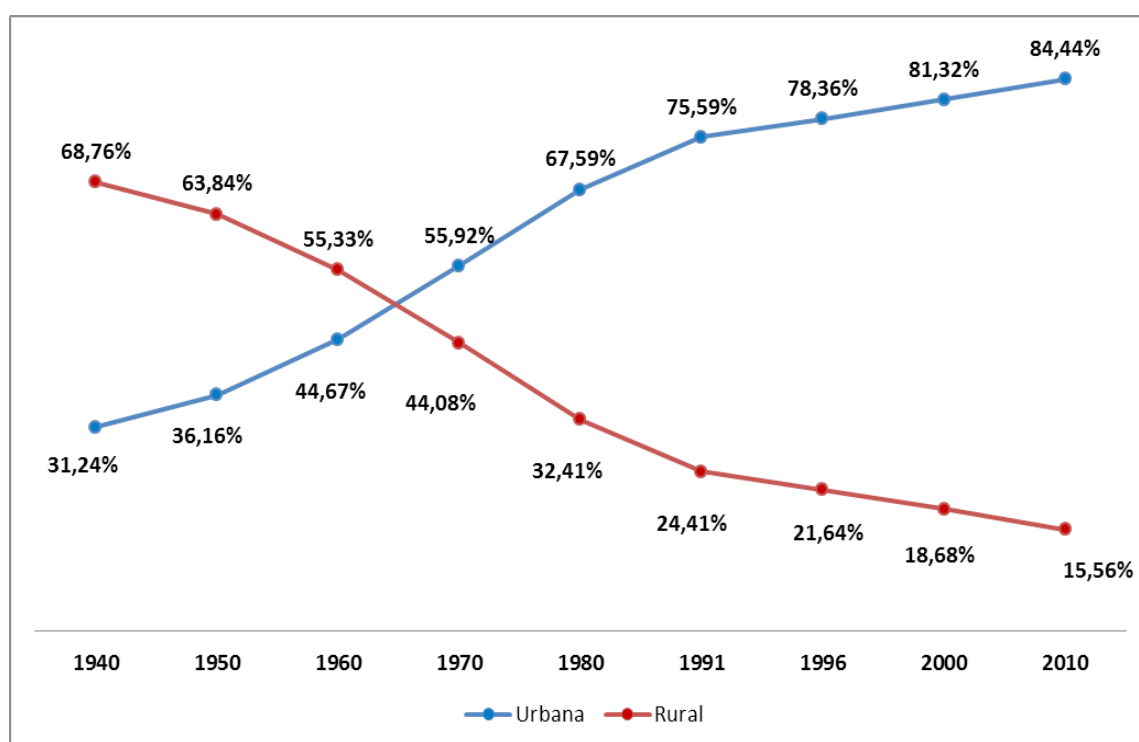


Gráfico 4 - População residente, por situação do domicílio – 1940 a 2010

Fonte: Adaptado de IBGE<sub>(a)</sub> (2015) e IBGE<sub>(b)</sub> (2015).

Essa migração, apresentada no gráfico 4, proporcionou um aumento dos índices de produtividade do país sem que tenha efetivamente um ganho de produtividade dos trabalhadores, já que os mesmos saíram do meio rural, onde a produtividade é baixa, e foram inseridos como trabalhadores da indústria e setor de serviços, melhorando os índices desses setores. Com este cenário o Brasil precisa planejar o crescimento para os próximos anos baseado na alavancagem da produtividade, pois não há margem de pessoas para serem inseridas como mão de obra no mercado de trabalho, visto que o crescimento da população não se dá mais em grandes proporções. O crescimento foi de

1,5% a.a. em 2000, já no ano de 2014 o crescimento da população foi de apenas 0,8% a.a. Neste contexto, Giambiagi (2007, p.212) afirma que “em um país com população estável a única fonte de crescimento é o aumento da produtividade, enquanto em um país onde a população aumenta de tamanho ano após ano a maior dotação do fator trabalho permite incrementar a produção”. Giambiagi (2007), também aponta que a população rural é menos instruída que a urbana, assim, quando há movimentos migratórios ocorrem saltos de produtividade, mas quando a população já é em sua maior parte urbana, não há espaço para grandes saltos de produtividade. Em suma, a população geral está crescendo em índices mais baixos, bem como não há mais tantos trabalhadores na área rural para serem inseridos na área urbana.

O crescimento da renda *per capita* e do produto por trabalhador na América Latina se deu nas mesmas proporções entre 1960 e 1980, cerca de 2,5% a.a. Posteriormente, o crescimento foi deslocado, devido a inserção de pessoas ao mercado de trabalho (GRÁFICO 5).

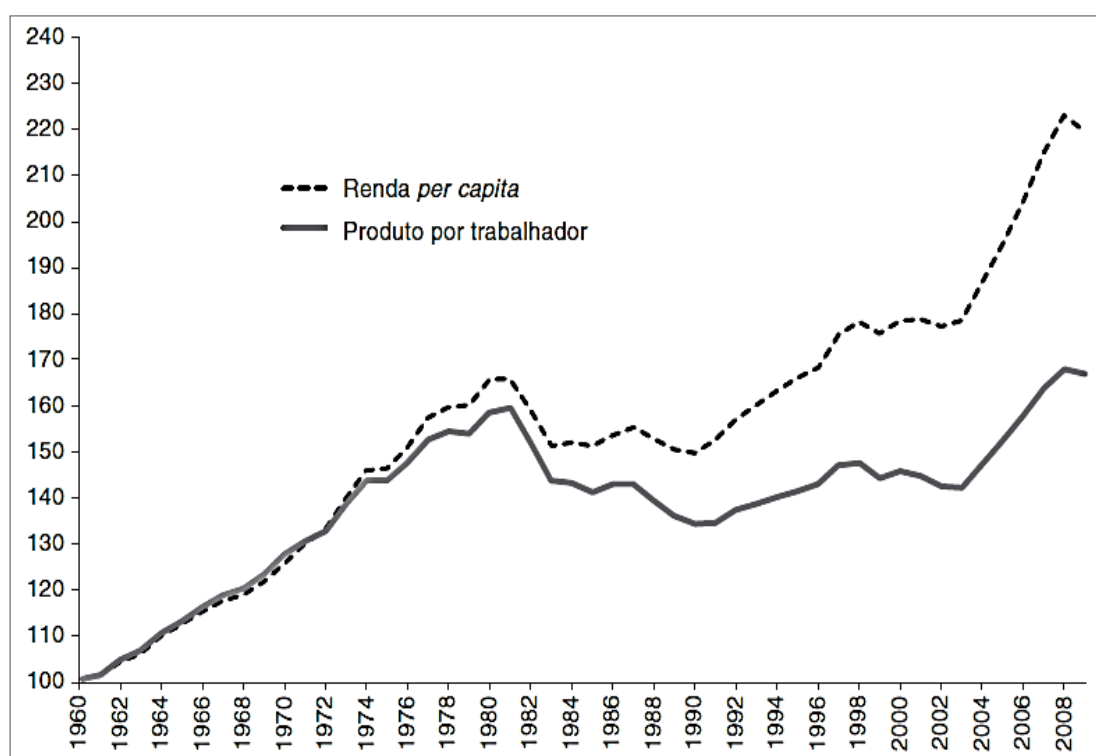


Gráfico 5 - Evolução da renda *per capita* e do produto por trabalhador na América Latina - 1960 a 2009 – (1960=100)

Fonte: Veloso, Ferreira e Pessoa (2013, p.19).

Já no gráfico 6 é possível observar que no Brasil o processo foi parecido, porém o aumento se deu em maiores proporções. Houve um crescimento da produtividade e da renda *per capita* até início dos anos 1980 e queda da produtividade a partir deste período. Porém a renda *per capita* manteve-se em crescimento, deslocando-se assim da produtividade.

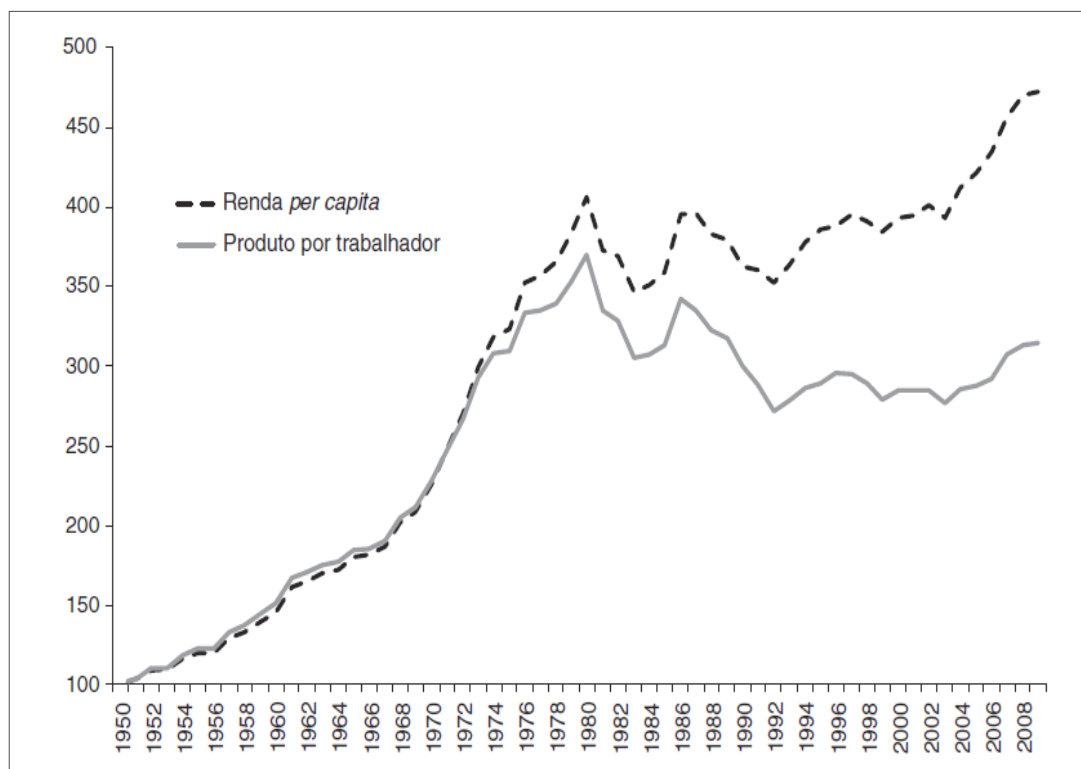


Gráfico 6 - Evolução da renda *per capita* e do produto por trabalhador - Brasil - 1950-2009- (1950=100)

Fonte: Ferreira e Veloso (2013, p.133).

A tabela 2 mostra a taxa de crescimento média da renda *per capita* e do produto por trabalhador entre os anos 1960 e 2009. E com isto, é possível observar que há forte relação entre o aumento da renda *per capita* e do produto por trabalhador (VELOSO, FERREIRA e PESSÔA, 2013).

	<b>Renda <i>per capita</i></b>	<b>Produto por trabalhador</b>
América Latina	1,6	1,0
Brasil	2,4	1,5
Mundo	2,1	1,8

Tabela 2 - Taxa de crescimento anual média da renda *per capita* e do produto por trabalhador - 1960-2009 - em %

Fonte: Adaptado de Veloso, Ferreira e Pessôa (2013).

É possível observar ainda na tabela 2 que a América Latina apresentou um crescimento médio da renda *per capita* de 1,6% a.a., enquanto o produto por trabalhador cresceu 1,0% a.a., havendo assim um crescimento maior da renda *per capita*. O Brasil acompanhou a tendência da América Latina no período pesquisado, onde a renda *per capita* cresceu em média 2,4% a.a., ou 0,9 ponto percentual (p.p.) acima dos 1,5% a.a. do produto por trabalhador. Essa diferença, segundo Veloso, Ferreira e Pessôa (2013) pode ser explicada pelo crescimento da população economicamente ativa acima do crescimento da população total.

No Brasil, como mostra o gráfico 7, entre os anos de 2001 a 2011, houve um deslocamento entre o PIB *per capita* e os índices de produtividade do trabalho, o crescimento pode ser explicado pelo aumento na demanda interna, devido ao aumento da renda e da inclusão de mais pessoas ao mercado de consumo, e não pelo aumento da produtividade.

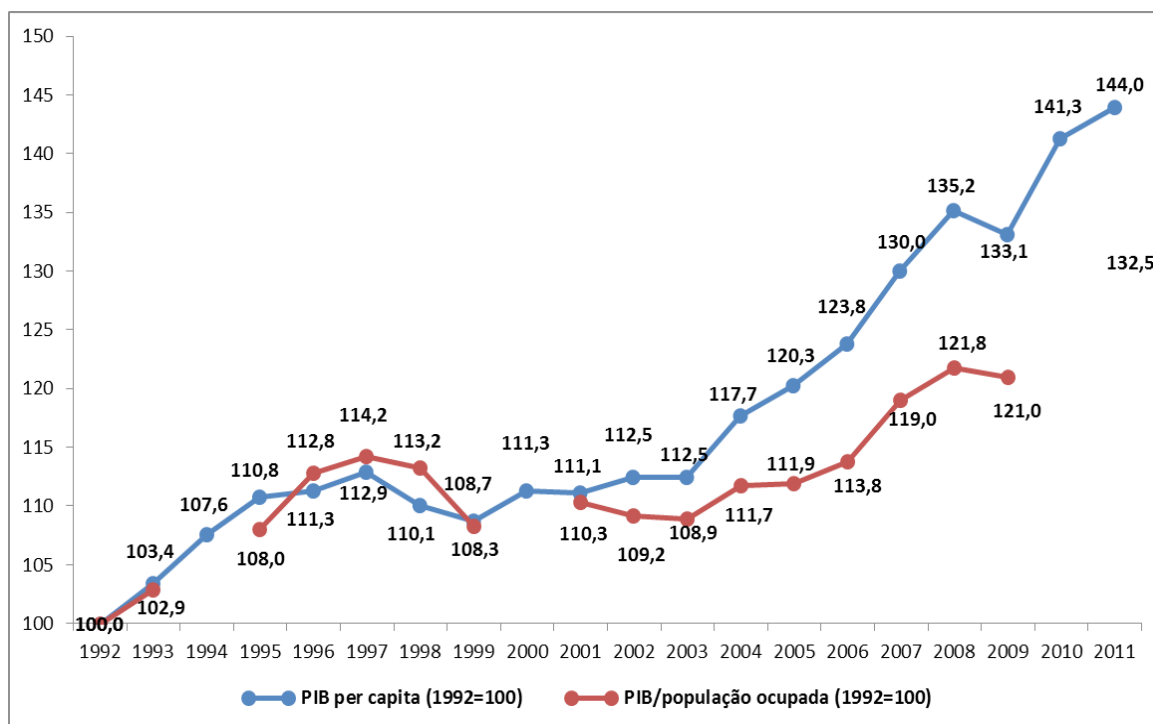


Gráfico 7 - Brasil - PIB *per capita* e produtividade do trabalho (1992-2011) - (Base: 1992 = 100)

Fonte: Negri e Cavalcante (2014, p.26).

Assim, Negri e Cavalcante (2014) explicam o crescimento brasileiro nos anos 2000 como um período de expansão da demanda externa (*commodities*) e interna (aumento da renda e incorporação de pessoas no mercado de trabalho e de consumo). A tabela 3 relaciona a taxa de crescimento anual média do produto por trabalhador em dois subperíodos, de 1960 a 1980 e de 1980 a 2009. É possível observar que houve uma queda bastante considerável entre os dois períodos, onde a média anual de produto por trabalhador no mundo caiu de 2,8% (1960-1980) para 1% (1980-2009). A renda *per capita* cresceu aproximadamente à mesma taxa que o produto por trabalhador entre 1960 e 1980. Por outro lado, a partir da década de 1980, o crescimento da renda *per capita* ficou bastante acima do crescimento da produtividade do trabalho. Essa diferença se deve ao aumento da taxa de participação na força de trabalho ao longo do período (VELOSO, FERREIRA e PESSÔA, 2013).

	<b>1960-1980</b>	<b>1980-2009</b>
América Latina	2,3	0,1
Brasil	4,5	-0,6
Mundo	2,8	1,0

Tabela 3 - Taxa de crescimento anual média do produto por trabalhador em dois subperíodos - 1960-1980 e 1980-2009 - em %

Fonte: Adaptado de Veloso, Ferreira e Pessôa (2013).

No Brasil, a média de 4,5% do produto por trabalhador entre 1960 a 1980 - consideravelmente maior que a média mundial no período - caiu agressivamente para -0,6% no período de 1980 a 2009 – enquanto a média mundial foi de 1%. Se comparado com os índices da América Latina, o Brasil se destacou no período de 1960 a 1980, porém teve uma queda maior no período de 1980 a 2009. É preciso considerar que na década de 1980 o período foi de desaceleração, já em 1990 houve reformas na economia, e o crescimento dos anos 2000 foi desacelerado com a crise em 2008 (VELOSO, FERREIRA e PESSÔA, 2013). A produtividade do trabalho brasileira cresceu apenas 5,6% entre 1980 e 2013. “A produtividade do trabalho não apenas estagnou, mas o fez num patamar baixo para dar conta das nossas pretensões de crescer de forma sustentada, ter maior presença global, eliminar a pobreza e reduzir a desigualdade” (CNI, 2014, p.18).

Segundo a CNI (2014), a produtividade do trabalho no Brasil se mostra muito desigual entre os setores. De 1960 a 2005 a produtividade na indústria avançou 82%, na agricultura 327%, na mineração 664%, na construção 34%. Nos serviços, a produtividade do comércio, hotéis e restaurantes declinou 34%, enquanto no segmento de transportes e comunicação aumentou 189%.

Um estudo mostra que a eliminação da ineficiência na alocação de fatores de produção entre as empresas brasileiras elevaria a produtividade total dos fatores da indústria manufatureira em até 49%. Os ganhos que se poderia obter na produtividade seriam ainda maiores, já que os dados disponíveis só permitem que seja feita uma estimativa para empresas com no mínimo 30 funcionários, o que não permite incluir empresas pequenas e de produtividade muito baixa (FERREIRA e VELOSO, 2013, p.153).

Verificando as taxas de crescimento econômico do PIB no período de 2000 a 2014 (tabela 6) entre os países selecionados da América Latina, é possível observar que há nítidas diferenças entre as economias dos países, com exceção dos períodos de crise como o ano de 2009, onde alguns países puxaram o crescimento para baixo.



País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	-0,5	-4,3	-10,8	7,9	7,3	8,5	7,8	8,0	3,5	-4,0	8,7	5,3	-1,2	1,9	-2,0
Brasil	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7	1,0	2,5	0,1
Chile	5,1	3,3	2,7	3,8	7,0	6,2	5,7	5,2	3,3	-1,0	5,8	5,8	5,4	4,1	1,9
Colômbia	2,9	1,7	2,5	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	3,5	1,7	4,0	6,6	4,0	4,7	4,6
Costa Rica	1,8	1,1	2,9	6,4	4,3	5,9	8,8	7,9	2,7	-1,0	5,0	4,5	5,1	3,5	3,5
Equador	1,1	4,0	4,1	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	0,6	3,5	7,9	5,2	4,6	3,8
México	6,6	0,0	0,8	1,4	4,2	3,1	5,0	3,2	1,4	-4,7	5,2	3,8	3,9	1,1	2,1
Peru	2,7	0,6	5,5	4,2	5,0	6,3	7,5	8,5	9,1	1,0	8,5	6,5	6,0	5,8	2,4
Uruguai	-1,4	-3,4	-11,0	2,2	11,8	6,6	4,1	6,5	7,2	2,4	8,4	7,3	3,7	4,4	3,5
Venezuela	3,7	3,4	-8,9	-7,8	18,3	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,6	1,3	-5,2

Tabela 4 - Taxas de crescimento do PIB – países selecionados - % a.a.

Fonte: TCB (2015).

Algumas economias de destacam, como o Chile que vem apresentando crescimento com taxas que oscilam de 3% a.a. a 6% a.a., obtendo assim, números melhores que os do Brasil em alguns períodos. O Peru também se mostra em crescimento com taxas oscilando entre 3% a.a. a 7% a.a. chegando a 9% a.a. em 2008. O México possui oscilações muito parecidas com a brasileira, porém, obteve crescimento de 2,1% a.a. em 2014 contra 0,1% a.a. do Brasil no mesmo ano. A Venezuela começou a década sem crescimento, com retração de -8,9% a.a. em 2002, mas recuperou o aumento em 2004. A Argentina, devido a grande período de instabilidade econômica, obteve índices bastante irregulares, com queda de -10,8% a.a. em 2002 e crescimento de 8,5 % a.a. em 2005.

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2000 - 2014 - em %
Argentina	21	21	21	20	20	20	21	21	21	21	23	23	22	22	22	4,76
Brasil	14	14	14	14	14	14	15	15	16	16	17	17	17	17	17	21,43
Chile	19	20	20	20	21	22	23	24	24	24	25	26	27	27	27	42,11
Colômbia	12	12	12	12	12	12	13	13	13	14	14	14	14	15	15	25,00
Costa Rica	14	14	14	14	15	15	16	16	16	16	17	17	17	17	17	21,43
Equador	12	12	12	12	12	10	11	11	12	12	12	13	14	14	14	16,67
México	19	20	19	19	20	20	20	21	20	20	19	20	20	20	20	5,26
Peru	9	9	10	10	10	11	11	12	12	13	13	14	15	15	15	66,67
Uruguai	18	18	17	17	19	19	20	20	21	22	23	24	25	26	27	50,00
Venezuela	25	25	24	22	24	25	26	27	27	26	26	26	27	27	24	-4,00

Tabela 5 - Produtividade do trabalho – países selecionados - dólares por hora trabalhada - a preços de 2014

Fonte: TCB (2015).

Nos demais anos analisados na tabela 7 é possível verificar que todos os países evoluíram de maneira geral com relação a produtividade. Destacam-se Peru e Uruguai, com um aumento de 66% e 50% respectivamente de 2000 a 2014. Os menores crescimentos foram da Venezuela e Argentina, com -4% e 4,76% respectivamente no

período de 2000 a 2014. Salienta-se, porém, que a queda da Venezuela foi puxada pelo resultado do ano de 2014, se comparado com 2013 o país apresenta aumento de 8%.

País	2000	2014	2000 - 2014 - em %
Argentina	13.193	18.117	37,33
Brasil	78.972	105.376	33,43
Chile	5.332	7.405	38,89
Colômbia	15.849	23.631	49,10
Costa Rica	1.502	2.341	55,87
Equador	4.138	6.034	45,82
México	37.594	50.036	33,09
Peru	10.592	14.358	35,55
Uruguai	1.345	1.628	21,06
Venezuela	7.658	12.093	57,92

Tabela 6 - Pessoal em serviço (em milhares de pessoas)

Fonte: TCB (2015).

No entanto, se verificada a inserção de pessoas no mercado de trabalho (tabela 8) no período de 2000 a 2014, pode-se perceber que não houve relação direta com o aumento ou queda de produtividade dos países. A Venezuela teve incremento de 58% de mão de obra e queda de -4% no valor da hora trabalhada, enquanto que no Brasil o aumento da mão de obra foi de 33,43% enquanto o aumento da produtividade foi de 21,43%. No Peru a produtividade aumento 66,67% enquanto a inserção de mão de obra foi de 35,5%.

Todavia, se comparado o aumento da população em serviço (tabela 8) com o PIB *per capita* (tabela 9) o cenário é diferente. O Brasil demonstrou aumento do PIB *per capita* no período de 2000 a 2014 de 30,69% enquanto a inserção de mão de obra foi de 33,43%. A Colômbia teve incremento de 52,28% no PIB *per capita* e 49% no aumento da mão de obra. O Equador teve acréscimo de 46,74% no PIB *per capita* e 45,82% de acréscimo na mão de obra. Contudo para Argentina, Costa Rica, México e Venezuela a inserção da mão de obra se deu em proporções maiores que o aumento do PIB. Já para Chile, Peru e Uruguai o aumento do PIB *per capita* foi maior que o incremento de mão de obra na economia, ou seja, esses países estão crescendo pelo aumento da produtividade e não pela inserção de trabalhadores na economia.

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2000 - 2014 - em %
Argentina	13.673	12.966	11.473	12.271	13.027	13.970	14.898	15.910	16.293	15.477	16.648	17.346	16.967	17.118	16.614	21,51
Brasil	11.423	11.411	11.557	11.538	12.046	12.281	12.623	13.249	13.792	13.612	14.502	14.766	14.789	15.030	14.930	30,69
Chile	15.012	15.328	15.571	15.993	16.949	17.826	18.665	19.444	19.891	19.494	20.423	21.417	22.369	23.078	23.316	55,31
Colômbia	9.095	9.153	9.266	9.499	9.866	10.189	10.727	11.319	11.573	11.620	11.937	12.576	12.936	13.391	13.850	52,28
Costa Rica	10.134	10.052	10.178	10.663	10.948	11.422	12.247	13.032	13.198	12.883	13.338	13.756	14.276	14.587	14.910	47,13
Equador	7.857	8.054	8.255	8.319	8.804	9.071	9.297	9.354	9.796	9.704	9.898	10.523	10.915	11.262	11.530	46,74
México	15.787	15.571	15.485	15.493	15.932	16.215	16.810	17.127	17.127	16.085	16.679	17.074	17.504	17.466	17.619	11,61
Peru	7.246	7.195	7.490	7.706	7.993	8.399	8.931	9.588	10.355	10.354	11.112	11.708	12.278	12.855	13.026	79,77
Uruguai	13.006	12.521	11.104	11.314	12.621	13.431	13.954	14.832	15.860	16.197	17.519	18.763	19.407	20.211	20.864	60,42
Venezuela	15.748	16.043	14.412	13.102	15.275	16.608	17.982	19.269	19.986	19.057	18.492	18.977	19.750	19.726	18.437	17,08

Tabela 7 - PIB *per capita* – em dólares de 2014

Fonte: TCB (2015).

É possível verificar na tabela 9 que os números do PIB *per capita* estão diretamente ligados com a produtividade do trabalho, onde Chile e Uruguai se destacam, pois, cada trabalhador produziu em 2014 o equivalente a 24 dólares por hora, contra 17 dólares por hora de países como Brasil e Costa Rica. O Equador se destaca com a menor produtividade, com um valor de 14 dólares por hora trabalhada. Se analisado o PIB *per capita* (tabela 9), o Chile é o país com o maior valor em 2014, 23.316 dólares. O Brasil, com 14.930 dólares está equiparado com a Costa Rica. O Equador possui o menor valor com 11.530 dólares. Fica evidente então que alguns países da América Latina como Chile, Peru e Uruguai estão crescendo sustentados no aumento de produtividade. O Brasil demonstrou índices medianos no período de 2000 a 2014, comprovando que se faz necessário planejamento de longo prazo para elevar seus índices de produtividade e crescimento.

Neste sentido, o investimento se mostra fundamental para que se obtenha crescimento econômico sustentável, como explica Giambiagi (2007, p.168), “desde os primeiros estudos sobre desenvolvimento econômico, sabemos que a velocidade de crescimento de um país guarda relação com a sua taxa de investimento”. Assim, altos índices de investimento podem gerar um crescimento maior na economia.

No Brasil, o valor de investimento médio anual, somando o investimento público e privado, ficou entre 15,8% e 20,7% do valor do PIB entre os anos 2000 e 2012, como demonstra a tabela 10. Entre os demais países da América Latina pesquisados, destacam-se Venezuela, com investimento médio de 24%, Equador (23,7%), Chile (22,4%), México (22,3%), Peru (22,1%) e Costa Rica (22%), que obtiveram investimento médio no período de 2000 a 2012 de mais de 22%. Abaixo de está a Colômbia (20,6%), Argentina (19,7%) e Brasil e Uruguai com 17,9%. Ou seja, entre os países pesquisados o investimento médio do Brasil fica em último lugar.

INVESTIMENTO INTERNO   % DO PIB															
País	1980	1990	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	25,3	14,0	16,2	14,2	12,0	15,1	19,2	21,5	23,4	24,2	23,3	20,9	22,0	22,6	21,8
Brasil	23,3	20,2	18,3	18,0	16,2	15,8	17,1	16,2	16,8	18,3	20,7	17,8	20,2	19,7	17,6
Chile	21,0	25,2	22,7	21,9	21,3	22,1	20,9	23,3	21,1	21,2	26,0	20,3	22,4	23,5	25,0
Colômbia	19,1	18,5	14,9	16,0	17,3	18,7	19,4	20,2	22,4	23,0	23,5	22,4	22,1	23,7	23,4
Costa Rica	26,6	18,5	16,9	20,3	22,6	20,6	23,1	24,3	26,4	24,7	27,6	16,3	20,7	21,6	21,2
Equador	25,4	24,1	21,3	22,3	23,7	19,6	20,2	21,6	22,5	22,7	26,4	25,6	27,5	26,9	27,5
México	27,2	23,1	22,2	20,7	19,7	21,6	22,5	22,2	23,5	23,4	24,4	22,9	22,1	22,4	22,9
Peru	29,0	16,5	20,2	18,7	19,0	18,8	18,0	17,9	20,0	22,9	27,2	22,3	26,6	27,3	28,2
Uruguai	17,3	12,2	14,5	14,3	13,1	15,2	17,5	17,7	19,5	19,5	23,2	19,7	18,5	19,4	21,2
Venezuela	26,4	10,2	24,2	27,5	21,2	15,2	21,8	23,0	26,9	30,3	26,8	25,8	22,0	23,1	26,6

Tabela 8 - Investimento interno – em % do PIB

Fonte: Deepask (2015).

Para que o país seja competitivo é necessário que o ambiente de negócios seja propício a isso, no entanto, as posições que o Brasil ocupa no *Ranking Doing Business*, não é dos melhores. O país se mostra fraco em grande parte dos quesitos analisados e ocupa a posição 120 no quesito ambiente de negócios.

Economia	Facilidade para fazer negócios	Abertura de empresas	Obtenção de alvarás de construção	Registro de propriedades	Obtenção de crédito	Pagamento de impostos	Comércio internacional	Execução de contratos
Argentina	124	146	181	119	71	170	128	63
Brasil	120	167	174	138	89	177	123	118
Chile	41	59	62	45	71	29	40	64
Costa Rica	83	118	52	47	89	121	47	129
Equador	115	165	59	80	89	138	114	88
México	39	67	108	110	12	105	44	57
Peru	35	89	87	26	12	57	55	100
Uruguai	82	60	162	146	52	140	83	106
Venezuela	182	182	152	102	104	188	176	79

Tabela 9- Posição no Ranking do Doing Business - 2014

Fonte: Grupo Banco Mundial (2015).

No item pagamento de impostos (TABELA 9) o Brasil ficou na posição 177. Isso revela a complexidade da carga tributária nacional, que impõe ônus exorbitantes sobre as empresas. Sem contar que os tributos sobre os salários também são enormes, tributando o trabalho, muitas vezes se deixa de contratar, não utilizando tantos trabalhadores quanto poderia, contribuindo para os índices de desemprego (GIAMBIAGI E SCHWARTSMAN, 2014). O país ainda ficou em 174º lugar na obtenção de alvará de construção, revelando a burocracia do país. Entre os itens demonstrados apenas obtenção de crédito está em posição menor que 100, manifestando a dificuldade do empreendedor brasileiro para gerir seu negócio.

Entre os países analisados o Chile de destaca positivamente, ficando na posição 41 em facilidade para fazer negócios e com demais índices menores que 71. O México

ficou na posição 39 em facilidade para fazer negócios, porém ficou na 108 posição para obtenção de alvará de construção e 105 em pagamento de impostos.

País	Ranking Geral				Performance Econômica				Eficiência Governamental				Eficiência Empresarial				Infraestrutura			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Argentina	54	55	59	58	39	50	55	50	57	57	59	60	51	50	54	57	45	46	53	53
Brasil	44	46	51	54	30	47	42	43	55	55	58	58	29	27	37	46	51	45	50	52
Chile	25	28	30	31	17	25	21	28	12	17	16	21	21	21	30	30	40	42	46	47
Colômbia	46	52	48	51	41	33	37	40	45	50	42	49	37	48	44	48	54	57	55	56
México	38	37	32	41	16	14	14	18	43	35	29	41	43	42	33	41	49	48	49	51
Peru	43	44	43	50	20	26	32	46	36	27	33	33	39	40	41	43	58	59	60	60
Venezuela	59	59	60	60	59	59	60	59	59	59	60	59	58	54	56	55	59	58	59	58

Tabela 10 - Ranking de Competitividade – 2011 a 2014

Fonte: IMD World Competitiveness Center (2015).

Analisado o Ranking de Competitividade (TABELA 10), os países pesquisados da América Latina ocupam posições muito parecidas, mais uma vez demonstrando as fraquezas dos países latino americanos perante a concorrência global, levando em consideração que o índice é composto por 60 países. O Chile se sobressai perante os demais países da América Latina com boas colocações em *performance* econômica, eficiência governamental, eficiência empresarial e infraestrutura. O México obteve boa colocação em *performance* econômica. Durante os anos de 2011 a 2014 a posição brasileira no ranking caiu de 44º para 54º, ou seja, está entre os últimos colocados.

## CONCLUSÃO

A produtividade é o principal caminho para melhorar a competitividade e crescimento econômico de um país, portanto, produtividade e o crescimento são complementares. Algumas séries históricas mostram que o Brasil, nos últimos anos, teve o crescimento do PIB sustentado pelo aumento no preço das *commodities*, assim como pela transformação estrutural, e não pelo aumento da produtividade. Além disso, houve a inserção de mão-de-obra no mercado de trabalho, provocada pela migração da população rural para urbana. Isso demonstra que para os próximos anos o país precisa melhorar a produtividade, pois já não possui mão-de-obra suficiente para alavancar o crescimento com grandes saltos de produtividade, do mesmo modo que o mundo se encontra em baixo crescimento, baixando os preços e a demanda por *commodities*.

Em comparação com alguns países da América Latina no período de 2000 a 2014 é possível observar que o crescimento econômico dos países de deu em alguns momentos de forma distinta, no entanto o Peru se destaca por ter crescimento constante em todo o período. O Chile destaca-se pelo maior PIB *per capita* do ano de 2014 e o Equador com o menor PIB *per capita*.

O crescimento da produtividade do trabalho na América Latina se deu de

forma bastante isolada, com destaque para Peru e Uruguai que tiveram crescimento de 66,67% e 50% respectivamente no período de 2000 a 2014. Foi então possível perceber que a inserção de mão de obra nas economias não obteve relação direta com o aumento da produtividade na maior parte dos países. Já com relação ao PIB *per capita*, o crescimento da produtividade mostra ter relação direta, principalmente e países como Brasil, Colômbia e Equador. Já para Argentina, Costa Rica, México e Venezuela a inserção da mão de obra se deu em proporções maiores que o aumento do PIB, demonstrando baixa produtividade. Contudo para o Chile, Peru e Uruguai o aumento do PIB *per capita* foi maior que o incremento de mão de obra na economia, demonstrando crescimento originado pelo aumento da produtividade, o que é bastante positivo.

A produtividade brasileira se mostra com um fraco crescimento se comparada com outros países, e a causa dos baixos índices é evidenciada nos baixos investimentos realizados no país, que são inferiores a 20% do PIB, ficando entre os últimos países em investimento.

Conclui-se, portanto, que o Brasil precisa elevar as taxas de investimento, buscando melhorar os índices de competitividade e produtividade, além de criar um ambiente de negócios mais adequado para que as empresas cresçam e possam competir com o resto do mundo.

## REFERÊNCIAS

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Educação para o mundo do trabalho: a rota para a produtividade**. Brasília: CNI, 2014.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. **Competitividade Brasil 2014: comparação com países selecionados**. Brasília: CNI, 2015.

DEEPASK. **Ranking de países pelo investimento interno bruto (% do PIB)**. Disponível em: <[http://www.deepask.com/goes?page=Veja-ranking-de-paises-pelo-investimento-interno-bruto-\(porcento-do-PIB\)](http://www.deepask.com/goes?page=Veja-ranking-de-paises-pelo-investimento-interno-bruto-(porcento-do-PIB))>. Acesso em: 4 jul. 2015.

ELLERY, Roberto; TEIXEIRA, Arilton. O milagre, a estagnação e a retomada do crescimento: as lições da economia brasileira nas últimas décadas. *In.* \_\_\_\_ **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap.9, p. 263-284

FERREIRA, Pedro Cavalcanti. VELOSO, Fernando. O desenvolvimento econômico brasileiro no pós-guerra. *In.* \_\_\_\_ **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap.5, p. 129-165

GIAMBIAGI, Fabio. **Brasil, raízes do atraso: paternalismo x produtividade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

GIAMBIAGI, Fabio; SCHWARTSMAN, Alexandre. **Complacência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GOMES, Carlos. **Antecedentes do capitalismo**. Porto: Ecopy, 2009.

GONÇALVES, Carlos Eduardo Soares. Desenvolvimento econômico: uma breve incursão teórica. *In.* \_\_\_\_ **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap.2, p. 39-62.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Doing Business - Classificação das economias**. Disponível em: <<http://portugues.doingbusiness.org/rankings>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

IBGE<sup>(a)</sup> - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População Residente, por situação do domicílio e por sexo - 1940-1996**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940\\_1996.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm). Acesso em 11 mai. 2015.

IBGE<sup>(b)</sup> - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,0R,0U&cat=-1,-2,-3,128,129&ind=4672>. Acesso em 11 mai. 2015.

IMD WORLD COMPETITIVENESS CENTER. **World competitiveness yearbook 2015**. Disponível em: <[http://www.imd.org/uupload/imd.website/wcc/Overall\\_ranking\\_5\\_years.pdf](http://www.imd.org/uupload/imd.website/wcc/Overall_ranking_5_years.pdf)>. Acesso em: 3 jul. 2015.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação por fator agregado: acumulado**. Disponível em: [www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2014\\_12/bce004a.doc](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2014_12/bce004a.doc). Acesso em: 17 mai. 2015.

MESSA, Alexandre. Metodologias de cálculo da produtividade total dos fatores e da produtividade da mão-de-obra. *In.* \_\_\_\_ **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: IPEA, 2014. Cap.3, p.87-109.

NEGRI, Fernanda de; CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Os dilemas e os desafios da produtividade no Brasil. *In.* \_\_\_\_ **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília: IPEA, 2014. Cap.1, p.15-51.

PASSOS, Carlos Roberto Martins; NOGAMI, Otto. **Princípios de economia**. 6.ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2012.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

STEFANO, Fabiane; MAIA JUNIOR, Humberto. **Agora vem a parte mais difícil**. São Paulo, Revista Exame n.19, p. 34-43, out. 2012.

TCB - The Conference Board. **Total Economy Database™ - Data**. Disponível em <https://www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762>>. Acesso em: 4 jul. 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S; GARCIA, Manuel E. 4.ed. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2011.

VELOSO, Fernando; FERREIRA, Pedro Cavalcanti; PESSÔA, Samuel. Experiências comparadas de crescimento econômico no pós-guerra. *In.* \_\_\_\_ **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap.1, p. 3-38.

VILLELA, André. O desenvolvimento econômico em perspectiva histórica. *In.* \_\_\_\_ **Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Cap.3, p. 63-88.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-32-1

